**Despacho Decisório Nº 0XX/2024**

Município, XX de março de 2024

Processo Nº 10675.XXXXX/2023-17

Interessado: José da Silva

CNPJ/CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CIB: X.XXX.XXX-8

**IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)**

**EXERCÍCIO: 2024**

Na hipótese de pagamento antecipado de ITR, o direito de a Fazenda Pública lançar o tributo decai após cinco anos contados da data de ocorrência do fato gerador, nos termos do art. 150, §4º, do CTN

**Lançamento anulado**

RELATÓRIO

Com a finalidade de comprovação dos dados informados na DITR do exercício de 2024, o contribuinte foi intimado a apresentar documentos para comprovar a utilização da área equivalente a 820,0ha , declarada como área de produtos vegetais. Além disso, o contribuinte foi intimado também a comprovar o valor da terra nua (VTN), mediante a apresentação de laudo de avaliação elaborado com os requisitos estabelecidos pela NBR 14.653-3 da ABNT.

Depois de regularmente intimado, o sujeito passivo não comprovou a área efetivamente utilizada para produção vegetal, bem como, não apresentou laudo de avaliação do imóvel, nos termos da NBR 14.653-3. Em decorrência, o fisco do **município de XXX**, no uso das atribuições de fiscalização e cobrança do ITR, delegada nos termos do art. 1° da Lei Nº 9.393/96, efetuou o lançamento de ofício, promovendo as seguintes alterações nos campos da Declaração, para fins de apuração do imposto:

1. Alterou a área declarada com produtos vegetais de 820,0h para 0,00ha, o que, consequentemente, causou a alteração do grau de utilização do solo passando de 100% para 0,00% e da alíquota, passando de 0,15% para 4,7%.
2. Com fundamento no art. 14 da Lei Nº 9.393/96, a autoridade lançadora utilizou o VTN constante no Sistema de Preços de Terra-SIPT, referente ao exercício de 2024, relativamente ao município de Patos de Minas – MG e, consequentemente o VTN foi alterado passando de R$ 400.000,00 para R$ 2.289.071,00

ANÁLISE

Conforme se verifica no documento às fls. 03/10 a Notificação de Lançamento foi emitida em nome de XXXXXX - XXXXX e enviada para o endereço informado na DITR, à AV Brasil nº , conforme se verifica no “AR” devolvido ao remetente, juntado às fls. 18/21 dos autos. Em seguida, foi efetuada a ciência do por edital, conforme se verifica no documento às fls. 25/26.

Depois de transcorrido o prazo de 30 (trinta) previsto no art. 15 do Decreto Nº 70.235/65, sem que o sujeito passivo tenha apresentado impugnação nem providenciado a regularização do débito, foi lavrado o Termo de Revelia.

Em, xx de janeiro de 2024, o sujeito passivo protocolizou a petição, denominanda a de “impugnação ao lançamento”, contendo as seguintes alegações :

I – O lançamento é nulo pois foi emitido, quando já havia ultrapassado o prazo limite de 5 anos para a Constituição do Crédito Tributário, nos termos §4º, art. 150, do CTN,

II- ......

III - .......

Inicialmente, cabe salientar que a petição apresentada pelo requerente **é intempestiva**, logo, nos termos do §2º, do art. 56 do Decreto Nº 7.574/2011, não caracteriza impugnação, não instaura a fase litigiosa do procedimento, não suspende a exigibilidade do crédito tributário nem comporta julgamento de primeira instância.

O ITR é tributo da modalidade de lançamento por homologação, cabendo ao sujeito passivo apurar o imposto e efetuar o seu pagamento, sem prévio exame da autoridade administrativa, no teor do art. 150 da Lei n.º 5.172/1996 – CTN; nesse caso, o prazo decadencial inicia-se a partir da ocorrência do fato gerador, conforme o § 4º do referido artigo 10, como segue:

*“Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.*

*§ 1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.*

*(...)*

*§ 4º Se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação”.*

Conforme previsto no art. 1º da Lei Nº 9.393/96, o fato gerador do ITR ocorre em 1º de janeiro de cada ano.

**Lei Nº 9.393, de 19 de setembro de 1996**

Art. 1º o imposto sobre a propriedade territorial rural ÍTR, de apuração anual, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.

Da conjugação dos dispositivos legais supramencionados, é possível concluir que o pagamento antecipado do imposto regularmente lançado pelo contribuinte fixa, em 1º janeiro do correspondente exercício, a data inicial da contagem do prazo para constituição do crédito tributário pela Fazenda Pública.

No presente caso, o imposto apurado pelo contribuinte na sua DITR/2018, de **R$ 1.600,00** (fls. 05), foi pago a 1ª a primeira parcela, no valor de R$ 400,00 em **30/09/2018**, conforme cópia do DARF anexada aos autos (fls. 74).

Assim, comprovado o referido pagamento e tendo o termo inicial da contagem do prazo da decadência do ITR 2018 ocorrido em **01/01/2018**, deveria a autoridade administrativa manifestar-se, no sentido de expressamente homologar o pagamento feito ou constituir crédito tributário suplementar até **31/12/2022**, 05 (cinco) anos a partir da ocorrência do fato gerador, sob pena de homologação tácita.

Portanto, tendo o lançamento suplementar do ITR/2018 sido efetuado em **07/01/2023** (fls.03) e por considerar-se esse lançamento perfeito e acabado com a sua notificação regular ao sujeito passivo, ocorrida em **12/01/2023 (**edital às21), entendo que deva ser reconhecida de ofício a tese da decadência, pois o direito de a Fazenda Nacional efetuar esse lançamento extinguiu-se em **01/01/2023,** tendo o crédito tributário sido considerado constituído após o prazo decadencial de cinco anos.

CONCLUSÃO

De acordo com a Nota Técnica COFIS-DIRED Nº 12/2019, a revisão de ofício compete à autoridade tributária administrativa autora do lançamento.

Deste modo, no uso das atribuições de fiscalização e cobrança do ITR , delegada nos termos do art. 1º da Lei Nº 11.250/2005 e, com fundamento no inciso III, do art. 145 c/c inciso VIII, do art. 149, ambos do Código Tributário Nacional (CTN), **DECIDO ANULAR O LANÇAMENTO Nº 10675.XXXXXX/2023-17**, *(no valor e R$ 106.986,33 de ITR suplementar e R$ 80.239,74 de multa de ofício)* relativo ao imóvel rural, identificado pelo **CIB/NIRF nº** , lavrado em nome de “XXXXX XXXX” (CPF: ); reconhecendo que o citado crédito tributário foi constituído após o prazo decadencial legalmente previsto, no teor do § 4º do art. 150 do CTN**.**

*(assinado digitalmente)*

*João da Silva*

*Auditor Fiscal do Município de*

*Matricula N° xxxxxx*